

Estudo de caso sobre a inclusão de alunos da educação especial no ensino superior

Case study on the inclusion of special education students in higher education

Alana Paula Costa Quispe^{1,2*} , Rene Quispe Rodríguez^{3,4} , José Antônio Oliveira de Figueiredo⁵

¹ Universidade de Cruz Alta (Unicruz), Curso de Engenharia Civil, Cruz Alta, RS, Brasil.

² Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Programa de Pós-graduação em Engenharia Civil (PPGEC), Santa Maria, RS, Brasil

³ Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Departamento de Engenharia Mecânica, Programa de Pós-graduação em Engenharia Mecânica (PGMEC), Santa Maria, RS, Brasil

⁴ Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Programa de Pós-graduação em Engenharia Civil (PPGEC), Santa Maria, RS, Brasil

⁵ Instituto Federal Sul-rio-grandense (IFSul), Núcleo de Apoio à Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE), Passo Fundo, RS, Brasil

COMO CITAR: QUISPE, A. P. C.; QUISPE RODRÍGUEZ, R.; FIGUEIREDO, J. A. O. Estudo de caso sobre a inclusão de alunos da educação especial no ensino superior. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, Araraquara, v. 20, e18984, 2025. e-ISSN: 1982-5587. DOI: <https://doi.org/10.21723/riaee.v20i00.1898401>

Resumo

No Brasil, debates relacionados à educação inclusiva no ensino superior ainda são recentes, sendo cruciais no avanço de marcos legais e na democratização do acesso do público-alvo da educação especial. No âmbito inclusivo, as instituições de ensino superior (IES) possuem um papel social fundamental para o desenvolvimento de uma educação mais justa e inclusiva, sendo responsável pela difusão de conhecimentos, formação crítica e fomentação de debates. O presente estudo tem como finalidade abordar as principais ações adotadas por uma universidade para fornecer uma educação mais inclusiva para o público-alvo da educação especial, no âmbito de acesso, permanência e êxito no ensino superior. As informações foram obtidas através de entrevistas com servidores e um acadêmico, com deficiência física, do curso de Engenharia Civil. Os resultados mostraram que a instituição vem se adequando às políticas públicas de inclusão, desenvolvendo ações de apoio à aprendizagem para que estes alunos concluam os cursos com êxito.

Palavras-chave: acessibilidade; educação especial; ensino superior; inclusão.

Abstract

In Brazil, discussions related to inclusive education in higher education are still relatively recent, playing a crucial role in advancing legal frameworks and democratizing access for the target audience of special education. In the inclusive context, higher education institutions (IES) have a fundamental social role in the development of a fairer and more inclusive education, responsible for the dissemination of knowledge, critical formation, and promotion of debates. This study aims to address the main actions adopted by a university to provide a more inclusive education for the target audience of special education, focusing on access, retention, and success in higher education. The information was obtained through interviews with staff members and a student with physical disabilities from the Civil Engineering course. The results showed that the institution has been constantly adapting to public inclusion policies, developing several supporting actions to enhance and smooth the learning process and, as a consequence, ensuring that these students fulfill all the requirements to successfully graduate.

Keywords: accessibility; higher education; special education; inclusion.

INTRODUÇÃO

Garantir às pessoas com deficiência (física, intelectual, mental ou sensorial), transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, público alvo da educação especial, o acesso a um sistema educacional inclusivo em todos os níveis, assegurando oportunidades de aprendizado ao longo da vida, tem sido uma meta global (Brasil, 1988, 2008; United Nations,

***Autor correspondente:** alanacostaquispe@gmail.com

Submetido: Fevereiro 01, 2024

Revisado: Março 20, 2025

Aprovado: Abril 24, 2025

Fonte de financiamento: IFSul (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense).

Conflitos de interesse: Não há conflitos de interesse.

Aprovação do comitê de ética: Não se aplica.

Disponibilidade de dados: Os dados que deram suporte aos resultados se encontram no texto e fazem parte do trabalho de conclusão do curso de pós-graduação (Lato Sensu) Especialização em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense.

Trabalho realizado no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense (IFSul), Passo Fundo, RS, Brasil.



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>), que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

2015). A responsabilidade por uma educação de qualidade para esse grupo cabe ao Estado, à família, à comunidade escolar e à sociedade. Durante muitos anos, essas pessoas foram impedidas de exercer sua cidadania de forma respeitosa e digna (Pinto, 2018).

A partir da década de 90, a legislação federal brasileira evoluiu quanto à educação inclusiva. Considera-se como marco inicial a Constituição Federal (Brasil, 1988) que passou a garantir direitos a grupos sociais até então marginalizados, definindo que a educação é um direito de todos, tendo como princípio básico garantir a igualdade de condições de acesso e permanência na escola. Atualmente, uma das maiores barreiras que o público-alvo da educação especial enfrenta é a permanência e o êxito no ensino superior, sendo fundamental o suporte do Estado para oferecer políticas educacionais inclusivas.

A presente pesquisa tem como objetivo principal analisar as ações educacionais implementadas por uma universidade pública para atender alunos da educação especial no ensino superior, com foco nas medidas voltadas ao acesso, à permanência, à participação e ao êxito desses alunos ao longo do curso de graduação, apresentando visões e experiências de funcionários e um acadêmico sobre políticas e práticas inclusivas. O artigo está estruturado em seis seções: contexto histórico nacional e a Evolução da legislação da educação especial; inclusão no ensino superior; ações de acesso, permanência, participação e êxito; procedimentos metodológicos; resultados e discussão e considerações finais. O constante debate sobre essa temática contribui para o aprimoramento das políticas públicas educacionais e dos dispositivos legais, promovendo melhores condições e qualidade de vida para esse público.

Contexto histórico nacional e a evolução da legislação da Educação Especial

A Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988) estabeleceu a educação como um direito universal. A partir de sua promulgação, houve um aumento na realização de conferências, fóruns e no desenvolvimento de políticas públicas voltadas à educação inclusiva. Dentre os principais marcos dessa evolução, destacam-se o Estatuto da Criança e do Adolescente - Lei nº 8069/90 (Brasil, 1990); a Conferência Mundial de Educação para Todos (1990); a Conferência Mundial de Necessidades Educativas Especiais (1994); a Declaração de Salamanca (1994); a Política Nacional de Educação Especial (Brasil, 1994b); e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei 9394/96 (Brasil, 1996a).

Apesar da criação de diversos instrumentos legais, a implementação de práticas inclusivas na educação ocorreu de maneira lenta e subjetiva (Filippou; Acquah; Bengs, 2025; Kristina; Hendrowati; Ratnaningsih, 2025; Odeh, 2000). No entanto, todos estes acontecimentos foram fundamentais para a incorporação de princípios inclusivos na rede básica de ensino, além de ter sido base para o planejamento pedagógico da inclusão no ensino superior. De acordo com Silva e Carneiro (2016), a escola precisa ser um local democrático, acolhedor e justo, eliminando preconceitos e estereótipos. As diferenças geográficas na acessibilidade aos recursos exacerbam ainda mais as desigualdades na aplicação de políticas de educação inclusiva (Dayso et al., 2025). As reformas educacionais promovidas por instituições internacionais, a partir da década de 1990, contribuíram para a consolidação da inclusão como uma abordagem voltada à educação de estudantes tradicionalmente marginalizados pelo sistema escolar (Silva; Carneiro, 2016).

No ensino superior, as primeiras universidades públicas foram criadas nos estados do Paraná e Rio de Janeiro, nas décadas de 1910 e 1920, respectivamente. No entanto, nesse período, o acesso ao ensino superior era restrito a um segmento específico da população, especialmente jovens da classe média, cujo ingresso visava a manutenção do *status* dessa classe por meio da formação de uma elite intelectual (Ferrari; Sekkel, 2007).

A partir de 1990, as discussões sobre a educação inclusiva ganharam maior relevância, indicando maior possibilidade de acesso e permanência de grupos historicamente excluídos do ensino superior (Mendes; Bastos, 2016). Um dos marcos desse processo ocorreu em 1994, com a recomendação da inclusão da disciplina “Aspectos Ético-Político-Educacionais da Normalização e Integração da Pessoa Portadora de Necessidades Especiais” nos cursos de pedagogia, psicologia e demais licenciaturas. O Quadro 1 traz uma compilação das principais ações implementadas que contribuíram para o avanço da Educação Especial no ensino superior.

Conforme os instrumentos legais apresentados no Quadro 1, observa-se um empenho do Estado em atender o público da Educação Especial, bem como o compromisso das Instituições de Ensino Superior em dar condições de acesso, permanência e êxito a estes alunos. A implementação de

Quadro 1. Principais avanços na legislação da Educação Especial no Ensino Superior.

| Ano | Instrumento Legal | Resumo |
|------|---|--|
| 1994 | Portaria nº 1793 (Brasil, 1994a) | Inclusão da disciplina "Aspectos Ético-Político-Educacionais da Normalização e Integração da Pessoa Portadora de Necessidades Especiais" |
| 1996 | Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei nº 9.394 (Brasil, 1996a) | Capítulo V - Educação Especial: transversalidade da modalidade de educação especial desde a educação infantil até a educação superior. |
| 1996 | Aviso Circular nº 277 MEC/GM (Brasil, 1996b) | Dirigido aos Reitores das Instituições de Ensino Superior (IES) solicitando a execução adequada de uma política educacional dirigida aos estudantes que precisam de atendimento especializado. |
| 1999 | Decreto nº 3298 (Brasil, 1999) | Regulamenta a Lei nº 7.853/1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, estabelece às IES a necessidade de adaptar as provas e dar suporte e tempo adicional quando necessário para efetuá-las. |
| 2003 | Portaria nº 3284 (Brasil, 2003) | Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas com deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições. |
| 2004 | Decreto nº 5296 (Brasil, 2004) | Exige que os estabelecimentos de ensino cumpram algumas determinações de acessibilidade para poder conseguir a autorização de abertura e funcionamento, como também para renovação de cursos. |
| 2011 | Decreto nº 7611 (Brasil, 2011) | Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. |
| 2015 | Lei nº 13146 - Estatuto da Pessoa com Deficiência (Brasil, 2015a) | Capítulo IV: assegura o sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida; acesso à educação superior e à educação profissional e tecnológica em igualdade de oportunidades e condições com as demais pessoas. |
| 2015 | Lei nº 13234 - Altera a Lei nº 9394/96 (Brasil, 2015b) | Identificação, cadastramento e o atendimento, na educação básica e na educação superior, de alunos com altas habilidades ou superdotação. |
| 2016 | Lei nº 13409 (Brasil, 2016) | Reserva de Vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnicos de nível médio e superior das instituições federais de ensino. |
| 2017 | Decreto nº 9034 (Brasil, 2017) | Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. |
| 2021 | Resolução CNE/CP Nº 1 (Brasil, 2002) | Art. 3º XI - observância às necessidades específicas das pessoas com deficiência, Transtorno do Espectro Autista (TEA) e altas habilidades ou superdotação, gerando oportunidade de participação plena e efetiva em igualdade de condições no processo educacional e na sociedade. |

Fonte: Autoria Própria.

políticas públicas voltadas aos alunos com necessidades educacionais especiais é fundamental para a construção do conceito e prática da educação inclusiva, garantindo equidade de oportunidades e a valorização das diversidades, especialmente diante das desigualdades agravadas pela pandemia (Camacho-Zuñiga; Julio-Ramos; Zavala, 2023; Somani, 2022).

Nesse contexto, as instituições de ensino superior têm reconhecido cada vez mais a importância de atender às necessidades específicas de estudantes com diferentes habilidades e limitações (Lockmun-Bissessur; Samy; Peeroo, 2024). Esse compromisso se traduz na adoção de políticas inclusivas, práticas inovadoras e ambientes de apoio que promovem acessibilidade e participação ativa. Entre as medidas implementadas, destacam-se adaptações na infraestrutura, oferta de serviços de suporte e abordagens pedagógicas personalizadas

(Kauffman et al., 2023; Camacho-Zuñiga; Julio-Ramos; Zavala, 2023). Além de cumprir uma responsabilidade ética, as IES também contribuem para metas sociais mais amplas, alinhando-se aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS (United Nations, 2015), especialmente no que se refere à promoção de uma educação de qualidade e à redução das desigualdades.

Inclusão no Ensino Superior

A adoção de práticas educativas adequadas ao ensino e à avaliação de cada grupo da educação especial é fundamental para a construção de uma sociedade mais inclusiva. Isso exige, além de políticas públicas atuais e eficazes, uma formação profissional especializada, pautada na compreensão, no reconhecimento e no respeito às diferenças (Pinto, 2018).

O número de alunos com necessidades educacionais personalizadas aumentou de forma significativa após a Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, lançada pelo governo federal em 2008 (Brasil, 2008). Essa política determinou a matrícula obrigatória para todos os alunos em idade escolar, incentivando muitos a prosseguirem seus estudos no ensino técnico e superior (Bridi Filho; Oliveira; Rodrigues, 2018).

A Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008) estabelece que estudantes que necessitam de atendimento educacional especializado devem receber suporte efetivo, que promova o acesso, a permanência e a participação no ensino superior. As ações inclusivas devem abranger não apenas a acessibilidade arquitetônica, mas também melhorias nos sistemas de comunicação e informação, na adaptação de materiais didáticos e pedagógicos e na implementação de medidas que favoreçam a participação dos alunos em todas as atividades acadêmicas, desde os processos seletivos até o ensino, a pesquisa e a extensão. Afinal, as maiores barreiras que as instituições federais de ensino superior enfrentam estão relacionadas com a fase após o processo seletivo (Cantorani et al., 2020).

De acordo com o Censo da Educação Superior referente ao ano de 2023 (Brasil, 2024), o número de matrículas em cursos de graduação de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação é de 92 756, representando cerca de 0,90% do total de matrículas. Em 2013, o número era de 29 034, cerca de 0,40% do total de matrículas. Observa-se que entre os anos de 2013 e 2023, houve um aumento aproximado de 219% no número de alunos com deficiência, transtornos globais ou altas habilidades ou superdotação.

A inclusão do público-alvo da educação especial nas instituições de ensino superior tem sido gradativa e depende de fatores que envolvem mudanças estruturais e administrativas das instituições, formação adequada dos profissionais e a eliminação de barreiras atitudinais. Para Ferreira (2007), esta eliminação só é possível com a disseminação da informação e ações de mobilização e conscientização referentes à diversidade e valorização das diferenças humanas. No meio universitário ainda existe uma desinformação quanto aos conceitos sobre educação especial e como acontece o processo inclusivo, abrangendo os próprios profissionais da instituição e os alunos (Pacheco; Costas, 2006; Rocha; Miranda, 2009).

A disseminação e produção do conhecimento científico também fazem parte do processo de eliminação de preconceitos e de conscientização. No âmbito universitário, as pesquisas acadêmicas, especialmente por meio dos artigos científicos, estão vinculadas à produção de conhecimento técnico, ao aprimoramento e à difusão da informação. Esse conhecimento não só impulsiona os avanços científicos, tecnológicos e culturais do país, mas também influencia a legislação (Hayashi et al., 2005).

O avanço das pesquisas relacionadas à Educação Especial, de forma quantitativa, pode ser observado através de um levantamento da produção científica utilizando a base de dados Scopus e para a análise bibliométrica pode-se utilizar o software VOSviewer, o qual possibilita a construção e visualização de mapas baseados em redes bibliométricas.

Para seleção dos periódicos, foram procuradas as palavras em inglês “*Inclusive*”, “*Education*”, “*University*”, obtendo 4599 artigos. Após, foi feita uma filtragem com a palavra “*Disabilities*”, obtendo finalmente 951 artigos. Este número acredita-se ser aceitável para poder ter uma referência da tendência do tema no meio científico. A Figura 1 mostra os artigos selecionados em função do ano de publicação. A mesma figura mostra uma tendência crescente ao longo dos últimos anos.

A Figura 2 mostra as palavras mais usadas, assim como a ligação entre elas para todo o conjunto de artigos. Cabe ressaltar que o programa une palavras interligadas e com maior incidência,

criando *clusters*. Os *clusters* são separados por cores e o tamanho da fonte das palavras é proporcional ao número de ocorrências no texto. Observa-se que na Figura 2, algumas palavras mais utilizadas são Educação Inclusiva, ensino superior, deficiência, acessibilidade e educação.

O conjunto de artigos teve a participação de 30 países. Colocando como limitação 10 artigos por país, o conjunto foi reduzido a 18 países. Dentre deste grupo seletivo, o Brasil ocupa o sexto lugar em termos de número de publicações (48), mas ocupa o 15º lugar quando comparado ao número de citações (102), como pode ser observado na Figura 3. Para melhor visualização, o diagrama da Figura 3 é mostrado de forma normalizada. Onde o valor máximo de documentos e citações é considerado como a unidade. Cabe ressaltar que os Estados Unidos é o país com maior produção científica e o mais citado, com 186 artigos e 2463 citações, respectivamente.

Ações de acesso, permanência, participação e êxito

As ações de suporte ao público da educação especial devem considerar três eixos principais: acesso, permanência – participação e êxito (Cabral; Melo, 2017). Estes três aspectos apresentam

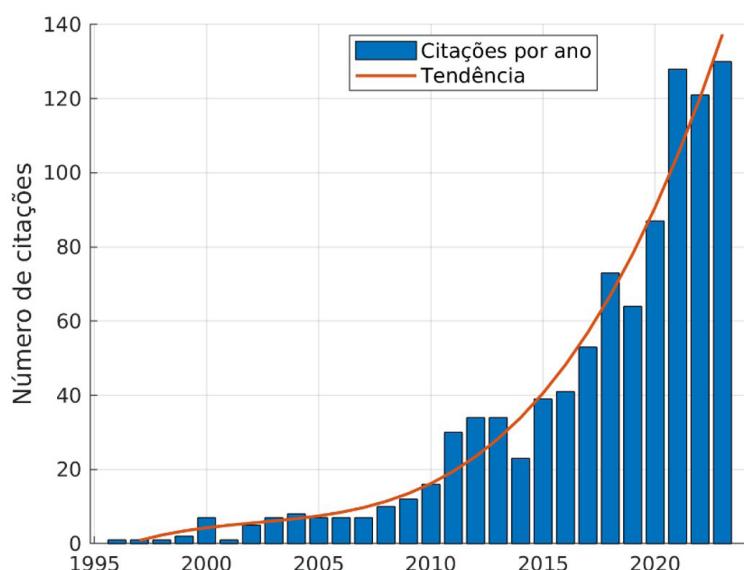


Figura 1. Artigos publicados por ano, com as palavras-chave, na base de dados da Scopus.

Fonte: Autoria Própria.

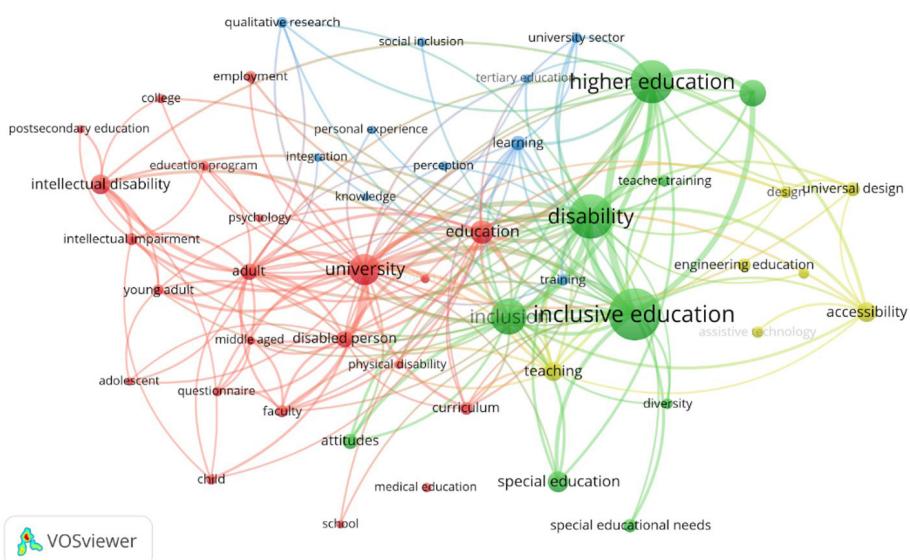


Figura 2. Palavras-chave encontradas nos artigos.

Fonte: Autoria Própria.

características educacionais interligadas e um dos fatores essenciais para o sucesso é a ampliação da perspectiva de aprendizagem, retirando o foco exclusivo da sala de aula como o único ou ideal espaço de ensino. A universidade, por sua vez, expõe os alunos a diferentes contextos culturais, tecnológicos, científicos e humanos, os quais contribuem significativamente para a qualidade da aprendizagem (Alfallaj; Al-Ma'amari; Aldhali, 2023; Quintana et al., 2017).

Ao ingressar no ensino superior, alunos do público da Educação Especial podem apresentar defasagens decorrentes de sua trajetória na educação básica. Para enfrentar essa dificuldade, sugere-se a implementação de ações específicas, bem como a capacitação de professores para acompanhar estes alunos durante a fase de transição (Vantassel-Baska, 2023). A trajetória acadêmica de cada estudante influencia diretamente suas dificuldades e facilidades (Rodríguez Hernández; Cascallar; Kyndt, 2020). Em uma mesma turma, é possível ter alunos provenientes de escolas públicas, privadas ou da modalidade de Educação de Jovens e Adultos, e também famílias que oferecem suportes diferentes para cada aluno, essa diversidade refletirá no ritmo de aprendizagem e na abordagem dos conteúdos ministrados (Bridi Filho; Oliveira; Rodrigues, 2018; Camacho; Messina; Barrera, 2017; García; González, 2019).

Para Rocha e Miranda (2009), a maioria dos alunos da Educação Especial matriculados no ensino superior provém de instituições particulares. Em sua pesquisa, foram entrevistados quinze alunos com deficiência de uma universidade federal, sendo doze oriundos de escolas privadas, o que evidencia que o ingresso de pessoas com deficiência em universidades públicas está fortemente relacionado a fatores sociais, econômicos, culturais e políticos (Mukhwana; Kande; Too, 2017; Nawire et al., 2025). Além do ensino privado, outros fatores atuam como facilitadores desse acesso, como apoio pedagógico, financeiro para aquisição de tecnologias assistivas e o acesso a serviços especializados, como fonoaudiólogos, psicoterapeutas, entre outros.

Rocha e Miranda (2009) destacam ainda que os entrevistados avaliaram positivamente as medidas de acessibilidade adotadas pela instituição no processo seletivo, como a ampliação do tempo de prova, provas em braile e adaptações arquitetônicas. No entanto, após o ingresso, comprehende-se que as ações de permanência acadêmica não são igualmente eficazes na promoção da inclusão. Há uma carência significativa de recursos adaptados, como carteiras acessíveis, tecnologias assistivas, pisos táteis, corrimãos nos corredores, sinalização adequada de vagas de estacionamento para pessoas com deficiência e transporte interno no campus para aqueles com dificuldades de locomoção. Além disso, destaca-se a necessidade de profissionais qualificados para atender às demandas específicas dos alunos.

Outras ações que contribuem para a permanência desses alunos no ensino superior incluem a realização de pesquisas sobre as opiniões e o nível de conhecimento da comunidade acadêmica

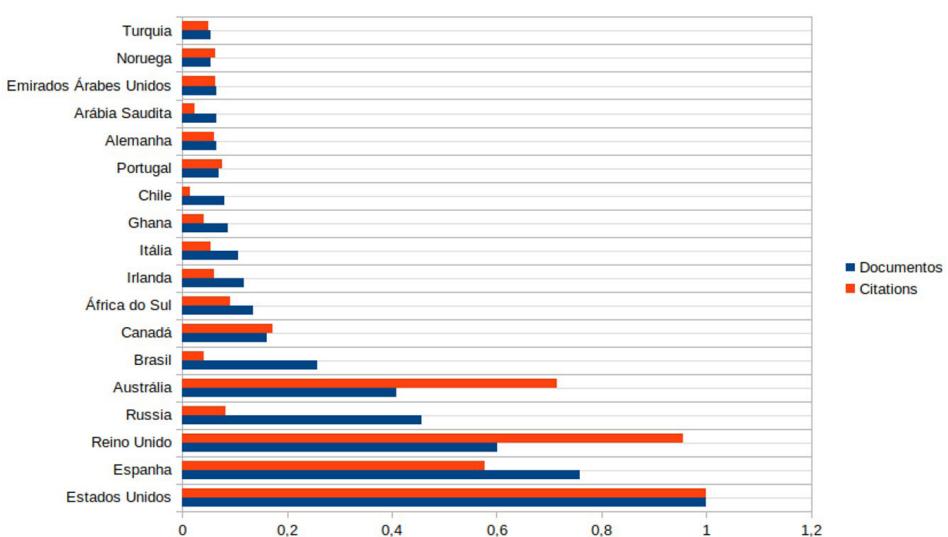


Figura 3. Número de documentos e citações dos artigos por país.

Fonte: Autoria Própria.

em relação ao processo inclusivo, abrangendo professores, técnicos e estudantes; a promoção de atividades de ensino, pesquisa e extensão voltadas a esse público; o desenvolvimento de estratégias de triagem e avaliação para registro, atendimento e acompanhamento dos estudantes que procuram um suporte educacional especializado; a realização de um diagnóstico institucional sobre acessibilidade arquitetônica; a implementação de um setor específico responsável por garantir a efetivação das políticas de inclusão; o uso de tecnologias assistivas e aprendizagem personalizada, como por exemplo o uso da inteligência artificial pode criar experiências educacionais personalizadas, aprimorando o engajamento (Damyanov, 2024; Mitre; Zeneli, 2024; Parenti; D'Agostini, 2024).

Além da implementação de políticas de permanência, é fundamental que as universidades acolham as necessidades desse público, incentivando sua participação ativa na defesa de seus direitos. Essa abordagem contribui para o aprimoramento das medidas inclusivas e para a construção de um ambiente acadêmico mais acessível e equitativo (Li et al., 2024; Lopes, 2024).

Vale ressaltar que no contexto das necessidades educacionais de alunos com altas habilidades, é comum que esses estudantes enfrentem desafios em ambientes tradicionais, os quais, muitas vezes, não oferecem estratégias adequadas para atender às suas demandas específicas de aprendizagem, impactando negativamente o seu desempenho acadêmico (Bundotich, 2024; Gonzales, 2020). A ausência de suporte especializado pode comprometer o desenvolvimento do potencial desses alunos, resultando no subaproveitamento de talentos e na alocação ineficiente de recursos educacionais (Cazco et al., 2024). Além disso, a falta de apoio contribui para o surgimento de sentimentos de isolamento e frustração, uma vez que esses estudantes podem enfrentar dificuldades na construção de vínculos com colegas e educadores (Anghel, 2019).

É fundamental compreender que não existe um modelo único para a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais. Cada indivíduo apresenta um contexto e demandas específicas, tornando essencial a adoção de um conjunto de ações personalizadas que atendam às suas particularidades e promovam uma educação verdadeiramente inclusiva (Cazco et al., 2024; Galicia, 2023; Vantassel-Baska, 2023).

Procedimentos metodológicos

A presente pesquisa adota uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório e descritivo que avaliou as percepções e experiências de um acadêmico e funcionários sobre a inclusão no ensino superior. O estudo foi realizado em uma universidade federal, onde foram realizadas duas entrevistas semiestruturadas, combinando questões predefinidas com outras emergentes ao longo da conversa. O objetivo foi investigar as ações institucionais voltadas para garantir o acesso, a permanência, a participação e o êxito de estudantes do público-alvo da Educação Especial no ensino superior. A pesquisa concentrou-se nos cursos de graduação das áreas de Arquitetura, Computação e Engenharias, abrangendo um total de 14 cursos.

Inicialmente, para realizar um levantamento dos alunos da educação especial regularmente matriculados, foram contatados dois servidores representantes do Setor de Apoio Pedagógico e da Coordenadoria de Ações Educacionais (CAED), especificamente da subdivisão de Acessibilidade. Nessa primeira entrevista, foi elaborado um roteiro com perguntas predefinidas para direcionar a entrevista, conforme apresentado no Quadro 2.

O Setor de Apoio Pedagógico tem como função prestar suporte pedagógico aos docentes, aos técnicos-administrativos e aos discentes, atuando no planejamento, execução e supervisão de ações didático-pedagógicas. Já a Coordenadoria de Ações Educacionais desenvolve estratégias de apoio ao acesso e à permanência dos estudantes, promovendo iniciativas voltadas à aprendizagem, acessibilidade e inclusão educacional, além de ações na área da educação e saúde. No contexto desta pesquisa, foi analisada especificamente a subdivisão de Acessibilidade, a qual oferece atendimentos especializados nas áreas de Educação Especial, Fonoaudiologia e Terapia Ocupacional, além de serviços como adaptação de materiais acadêmicos, descrição de imagens, intérprete de Libras, suporte para trabalhos e pesquisas acadêmicas, entre outros.

A segunda entrevista foi realizada com um acadêmico com deficiência física, matriculado no curso de graduação em Engenharia Civil da mesma universidade, buscando obter sua percepção sobre a inclusão no ambiente acadêmico. O roteiro predefinido é mostrado no Quadro 3.

Quadro 2. Roteiro predefinido para a entrevista com os servidores.

| |
|---|
| 1. Ingresso no Ensino Superior |
| 1.1. Quais ações inclusivas a instituição oferece para o ingresso do público-alvo da educação especial no ensino superior? |
| 1.2. Quantos alunos do público-alvo da educação especial se candidataram a vagas na instituição a partir de 2020? |
| 2. Permanência e Participação |
| 2.1. Quantos alunos do público-alvo da educação especial estão matriculados? |
| 2.2. Para alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e dificuldades com abstração, que estratégias e adaptações pedagógicas são adotadas? |
| 2.3. Quantos alunos participam de atividades extracurriculares promovidas pela instituição? Quais são essas atividades? |
| 2.4. Para alunos com superdotação ou altas habilidades, quais programas ou ações específicas são oferecidos? |
| 2.6. Quais adaptações e recursos os professores utilizam em sala de aula para atender alunos com necessidades educacionais especiais? |
| 2.7. A instituição oferece suporte ou formação continuada para os docentes sobre educação inclusiva? Os professores demonstram interesse em participar dessas capacitações? |
| 2.8. Existe uma equipe multidisciplinar para atendimento aos alunos? Quantos profissionais fazem parte dessa equipe e qual é sua formação? |
| 3. Êxito Acadêmico e Profissional |
| 3.1. Quantos alunos do público-alvo da educação especial concluíram a graduação nos últimos 10 anos? |
| 3.2. A instituição acompanha a inserção desses alunos no mercado de trabalho após a conclusão do curso? |

Fonte: Autoria Própria.

Quadro 3. Roteiro predefinido para a entrevista com o acadêmico.

| |
|---|
| 1. Ingresso no curso |
| 1.1. Quais foram os principais desafios que você enfrentou para ingressar no curso de Engenharia Civil? |
| 1.2. A instituição ofereceu algum suporte específico durante o processo de ingresso? |
| 2. Permanência e Participação |
| 2.1. Quais são as principais dificuldades que você encontrou ao longo do curso? (Exemplo: infraestrutura, metodologias de ensino, acesso a materiais, atividades práticas, estágio, etc.) |
| 2.2. Como você avalia a acessibilidade da instituição? Quais melhorias poderiam ser feitas? |
| 2.3. Durante a pandemia, como sua aprendizagem foi afetada? As adaptações oferecidas foram adequadas? |
| 2.4. Você utiliza ou já utilizou algum serviço ou ação educacional oferecido pela instituição para alunos com deficiência? Como avalia esse suporte? |
| 3. Êxito e Perspectivas Profissionais |
| 3.1. Quais são seus planos para o futuro na área da Engenharia Civil? Há alguma especialização que lhe interessa? |
| 3.2. Você percebe barreiras para a inserção no mercado de trabalho na sua área? Se sim, quais? |

Fonte: Autoria Própria.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para a análise e discussão dos resultados, foi utilizada a técnica de análise de conteúdo, amplamente difundida e recomendada em pesquisas qualitativas. Esse método permite a organização das informações coletadas nas entrevistas ou observadas pelo pesquisador, estruturando-as em

categorias ou temas que contribuam para uma compreensão aprofundada do objeto de estudo (Campos, 2004; Moraes, 1999; Silva; Fossá, 2015).

Entrevista com o setor pedagógico e a coordenadoria de ações educacionais

Com base no Quadro 2, mencionado na seção de Procedimentos Metodológicos, constatou-se que a instituição analisada adota, desde 2007, um sistema de reserva de vagas. Em 2018, a política de ingresso de pessoas com deficiência foi alterada em conformidade com a Lei Federal nº 13 409 (Brasil, 2016).

A universidade implementa ações direcionadas à aprendizagem desde 1970. Ao longo dos anos, os serviços de apoio foram reformulados, culminando na criação da Coordenadoria de Ações Educacionais, em 2016. Uma das primeiras iniciativas dessa coordenadoria foi o mapeamento do público-alvo da Educação Especial. Nesse mesmo ano, um levantamento identificou 39 alunos matriculados que necessitavam de atendimento educacional especializado. Essa iniciativa teve como objetivo especificar os alunos, conhecer suas necessidades específicas e estruturar ações de suporte ao longo da graduação. Os relatos coletados evidenciaram desafios como barreiras arquitetônicas em determinados prédios e barreiras comunicacionais enfrentadas por estudantes com deficiência auditiva, especialmente devido à predominância do método de ensino oral.

No que se refere às ações institucionais voltadas para o acesso, a permanência, a participação e o êxito dos estudantes, foi relatado que durante o processo seletivo, os recursos necessários são disponibilizados de acordo com as especificidades e habilidades de cada candidato. Entre os auxílios oferecidos estão a solicitação de um leitor, redator, máquina *Braille*, entre outros recursos.

Após a aprovação, o candidato precisa confirmar sua vaga junto à universidade, procedimento realizado na Coordenadoria de Ações Educacionais. Essa etapa inclui uma entrevista na Subcomissão de Acessibilidade da Comissão de Ingresso Acadêmico, responsável por deferir ou indeferir a deficiência apresentada pelo candidato.

Atualmente, a universidade utiliza o Sistema de Informações para o Ensino (SIE), um aplicativo integrado que abrange diversos setores institucionais, incluindo biblioteca, gestão de pessoas, controle hospitalar, acadêmico e administrativo. O SIE possibilita a automação dos processos relacionados à instituição. No âmbito acadêmico, o sistema possibilita que os estudantes solicitem apoio à aprendizagem. No entanto, podem ocorrer preenchimentos equivocados ou casos em que alunos pertencentes ao público da Educação Especial optem por não requerer atendimento na CAED Acessibilidade. Nessas situações, a instituição não consegue identificar e conhecer as necessidades específicas do aluno, embora ele esteja registrado no sistema.

Atualmente, com base nos dados extraídos do SIE, os quais são apresentados no Quadro 4, há 39 alunos matriculados que se enquadram no público da Educação Especial. Dentre esse grupo, quase 90% se identificaram como do sexo masculino. Observa-se que 59% dos acadêmicos cadastrados apresentam algum tipo de deficiência física, tornando-se representando a ocorrência mais comum entre os estudantes com necessidades educacionais específicas. Além disso, há o registro de apenas um caso identificado como transtorno do desenvolvimento intelectual ou deficiência intelectual. No entanto, este aluno não solicitou atendimento pelos setores de suporte. De acordo com os servidores entrevistados, há casos em que os alunos confundem o transtorno intelectual com o transtorno mental, resultando em registros incorretos no sistema. Essa imprecisão pode impactar a identificação adequada das necessidades educacionais e a oferta de suporte especializado.

O período de ingresso dos alunos analisados varia entre o 2º semestre de 2013 e o 2º semestre de 2023. A Figura 4 mostra, de forma detalhada, a distribuição percentual dos ingressantes por ano e semestre, considerando um total de 39 alunos matriculados. Observa-se que o maior número de matrículas ocorreu em 2023, o que pode indicar um aumento na demanda pelo curso nesse período. Além disso, é importante analisar o êxito acadêmico desses estudantes. Dos 39 matriculados, 21 concluíram seus cursos de graduação, representando cerca de 54% do total.

Portanto, compreender esses aspectos é essencial para avaliar o impacto das condições acadêmicas e institucionais na trajetória dos estudantes, permitindo reflexões mais aprofundadas sobre possíveis melhorias no ensino e no suporte oferecido aos alunos. O conhecimento das necessidades e particularidades desses alunos é fundamental para a implementação eficaz das ações de apoio à aprendizagem, como o Ensalamento. Essa iniciativa ocorre no início de cada semestre e

Quadro 4. Alunos que registraram alguma condição.

| CURSO | NÚMERO DE ALUNOS | OCORRÊNCIA |
|--------------------------------------|------------------|---|
| Engenharia Civil | 1 | Baixa Visão |
| | 3 | Deficiência Física |
| Engenharia Mecânica | 1 | Deficiência Visual |
| | 1 | Altas Habilidade ou Superdotação |
| | 3 | Deficiência Física |
| Engenharia Química | 1 | Baixa Visão |
| | 1 | Altas Habilidade ou Superdotação |
| | 3 | Deficiência Física |
| Ciência da Computação – Bacharelado | 2 | Deficiência Visual |
| | 2 | Transtorno do Espectro Autista |
| | 2 | Deficiência Física |
| Engenharia Sanitária e Ambiental | 1 | Deficiência Física |
| Engenharia de Controle e Automação | 1 | Deficiência Física |
| | 1 | Outras |
| Engenharia Acústica | 1 | Deficiência Auditiva |
| | 4 | Deficiência Física |
| Engenharia de Computação | 3 | Deficiência Física |
| Engenharia de Produção | 1 | Transtorno do Espectro Autista |
| Sistemas de Informação – Bacharelado | 1 | Cegueira |
| | 1 | Transtorno do Espectro Autista |
| | 1 | Deficiência Física |
| Engenharia Aeroespacial | 1 | Transtorno do Desenvolvimento Intelectual |
| | 1 | Outras |
| | 2 | Deficiência Física |
| | 39 alunos | |

Fonte: Autoria Própria.

tem como objetivo a distribuição de salas, priorizando os alunos que necessitam de espaços mais acessíveis, de preferência localizado no térreo dos prédios.

Para garantir que todos os setores institucionais estejam cientes das especificidades de cada aluno, é aberto um processo integrando diferentes departamentos. Dessa forma, a coordenação de cada curso recebe as informações necessárias e as encaminha aos professores, assegurando um suporte adequado ao estudante.

No que diz respeito à permanência dos alunos, o Núcleo de Acessibilidade disponibiliza, no formato digital, diversos materiais identificados como “Estratégias de Acessibilidade”. Esses recursos incluem guias informativos específicos para cada necessidade, abordando conceitos, alternativas e adaptações pedagógicas. Além disso, são oferecidos tutoriais ensinando a inserir legendas em vídeos, o uso de recursos para descrição de imagem e também, um livro digital sobre Acessibilidade de Publicações Científicas Digitais (Ferreira, 2022) para pessoas autoras e gestoras de publicações científicas. Esse material tem como finalidade apresentar, incentivar e orientar a adoção de práticas de acessibilidade para pessoas com deficiência.

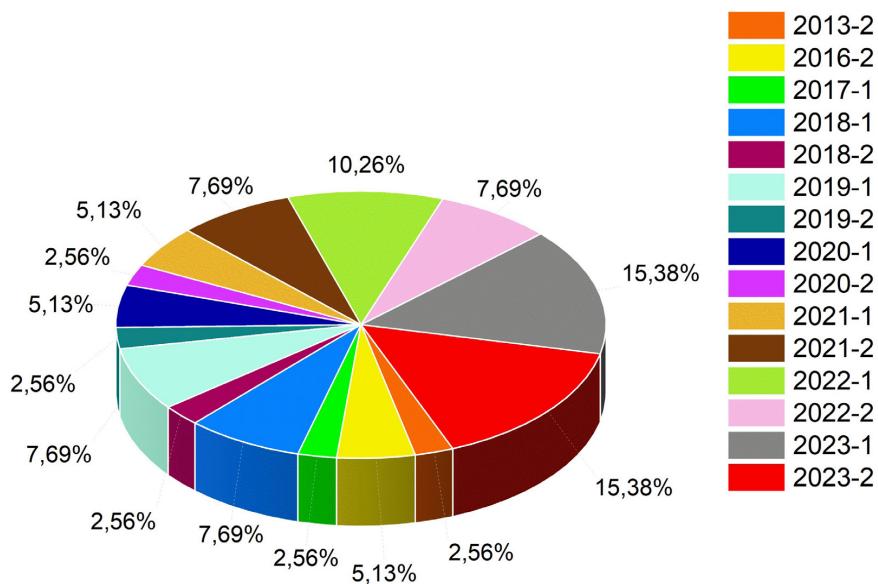


Figura 4. Porcentagem de alunos do público da Educação Especial matriculados, de acordo com o ano e semestre referente aos 39 alunos.

Fonte: Autoria Própria.

Quanto à participação e formação docente, foi relatado que já foram realizadas ações de capacitação interna sobre a inclusão no ensino superior. No entanto, no evento mais recente, apenas dois professores participaram, evidenciando a necessidade de maior engajamento da comunidade docente nesse tema. O desenvolvimento profissional contínuo equipa os educadores com as habilidades necessárias para implementar práticas inclusivas (Nga Anna Ng et al., 2023; Bakogiannis, 2024).

Entrevista com o acadêmico do curso de Engenharia Civil

O acadêmico entrevistado está no nono semestre do curso de Engenharia Civil, sendo uma pessoa com deficiência desde 2008. Ele relata que é sua primeira graduação, tendo ingressado na universidade no ano de 2019. A escolha do curso de graduação foi motivada pela própria trajetória profissional. Antes de 2008, ele atuava como marceneiro e tinha contato frequente com profissionais da construção civil, principalmente com os arquitetos. Após a confirmação médica da deficiência física, buscou uma profissão que lhe permitisse atuar mesmo com suas limitações, além de fornecer conhecimento técnico sobre a acessibilidade. Para o acadêmico, a educação representa um caminho para a melhoria da qualidade de vida tanto para ele quanto para sua família.

Nos primeiros semestres do curso de Engenharia Civil, o graduando enfrentou dificuldades conceituais, principalmente nas disciplinas de cálculo. Um dos fatores que contribuíram para esse desafio foi o longo período sem contato com os estudos, já que concluiu o ensino médio em 2002. No entanto, ele recebeu apoio da universidade, principalmente por meio dos monitores e dos colegas de classe. Ele se considera privilegiado por ter uma turma muito acessível e receptiva.

A partir da metade do curso, surgiu seu interesse em desenvolver projetos relacionadas à acessibilidade e direcionar a futura carreira para este nicho. Atualmente, ele participa de projetos institucionais que avaliam a infraestrutura do *campus* da universidade, levando essas observações à administração institucional. O acadêmico destaca a importância da representatividade nesse processo, pois apenas aqueles que vivenciam os desafios da mobilidade reduzida conseguem perceber detalhes arquitetônicos críticos. Por meio desses projetos, também são produzidos vídeos que evidenciam dificuldades e pontos que necessitam de melhorias, como as calçadas irregulares, ausência de piso tátil e dificuldades de acesso em determinadas áreas do *campus*.

Sobre a pandemia, o acadêmico relatou que foi um período que facilitou seu aprendizado. No formato presencial, ele enfrentava dificuldades para acompanhar todo o conteúdo e fazer anotações devido à mobilidade reduzida dos membros superiores. No entanto, as aulas no formato *on-line* facilitaram maior autonomia no estudo, permitindo assistir os vídeos com os intervalos necessários. Dessa forma, não houve dificuldades durante esse período e quando aconteceu o retorno para o ensino presencial, o acadêmico se sentiu mais preparado que nos semestres anteriores.

Atualmente, o aluno utiliza os serviços da Coordenadoria das Ações Educacionais fazendo acompanhamento com um terapeuta ocupacional. Além disso, sempre que há necessidade de participação em visitas técnicas, um veículo é disponibilizado para o seu deslocamento.

Em relação ao corpo docente, ele considera que a maioria dos professores demonstra acessibilidade e disposição para auxiliá-lo, deslocando-se até onde ele se encontra para esclarecer dúvidas sobre o conteúdo. No entanto, ressalta que a acessibilidade do trajeto até as salas dos professores e dos próprios ambientes acadêmicos ainda é uma questão fundamental a ser aprimorada.

Um de seus principais objetivos é seguir na área acadêmica, ingressando no mestrado e no doutorado, e também, tornar-se um profissional de referência técnica em acessibilidade, participando ativamente de palestras, debates e discussões sobre normas técnicas, contribuindo para o avanço da acessibilidade no Brasil.

Sobre a norma de acessibilidade NBR 9050 (Associação Brasileira de Normas Técnicas, 2021), ele menciona que a regulamentação estabelece apenas os requisitos mínimos, sendo fundamental que algumas diretrizes sejam discutidas com a participação das pessoas com deficiência. Como exemplo, ele cita a recomendação técnica de abertura mínima de 80 cm para portas, apontando que pela própria experiência, dependendo do modelo da cadeira de rodas, essa dimensão pode não ser suficiente. Segundo ele, as especificações da norma não contemplam plenamente a diversidade de necessidades, o que merece maior atenção, uma vez que um projeto arquitetônico tem o potencial de impactar significativamente a vida das pessoas, seja de forma positiva ou negativa.

Por fim, o acadêmico ressalta que, embora o tema da acessibilidade esteja em maior evidência nos dias atuais, isso não deve ser tratado como uma tendência passageira. Ele observa um atraso significativo na implementação de ações inclusivas e enfatiza que as limitações não estão nas pessoas, mas nos espaços que não são projetados para acolher a todos. Acessibilidade não deve ser vista como um privilégio, mas como um direito fundamental.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo observou que o poder público tem desenvolvido políticas públicas que propiciam uma educação mais inclusiva no ensino superior. Tais ações abrangem desde o ingresso até a permanência e o êxito dos estudantes nos cursos de graduação. No entanto, além da garantia legal desses direitos por meio de normativas e legislações, é fundamental que as instituições de ensino superior implementem efetivamente essas políticas. Para isso, é necessário um conhecimento aprofundado das necessidades dos alunos, a fim de viabilizar estratégias mais eficazes para ampliar o engajamento e o progresso acadêmico.

Com base na análise bibliométrica, observou-se que o avanço da educação inclusiva também está diretamente relacionado ao nível de debate e pesquisa científica sobre o tema em cada país. Estudos e discussões impulsionam a atualização das regulamentações e legislações, contribuindo para a construção de um sistema educacional mais acessível. Os Estados Unidos se destacam como o país com maior produção científica e número de citações sobre educação especial. O Brasil ocupa a sexta posição em volume de publicações, mas apenas o 15º lugar em número de citações, o que sugere a necessidade de maior impacto e reconhecimento internacional das pesquisas desenvolvidas no país.

Na universidade pesquisada, há diversas resoluções internas que promovem a acessibilidade, além de setores específicos que oferecem suporte à aprendizagem. Verifica-se uma preocupação contínua quanto à aplicação prática da educação inclusiva, com ações destinadas a garantir a permanência desses alunos sendo revisadas periodicamente. No processo de avaliação dessas políticas, é fundamental a participação e o engajamento do público da Educação Especial, assegurando que seus direitos sejam garantidos e suas necessidades atendidas.

As entrevistas realizadas indicam que a universidade possui profissionais qualificados para atender o público da Educação Especial, assim como possui setores administrativos específicos responsáveis por integrar projetos, ações e acompanhar as particularidades de cada aluno. De acordo com o acadêmico entrevistado, a instituição demonstra receptividade em relação às demandas por adaptações arquitetônicas, porém, a implementação dessas mudanças é frequentemente impactada por processos burocráticos que tornam sua execução lenta.

Em relação ao corpo docente, observa-se que há ações de suporte destinadas a atender às necessidades dos alunos em sala de aula. No entanto, verificou-se uma participação reduzida dos

professores em cursos de capacitação voltados à inclusão e ao entendimento à diversidade, o que aponta para a necessidade de maior incentivo e engajamento nesses programas de formação.

Assim, comprehende-se que ainda há um longo caminho a percorrer para que a universidade se torne plenamente inclusiva. Para alcançar esse objetivo, é fundamental a eliminação contínua de barreiras de qualquer natureza, bem como a desconstrução de preconceitos e atitudes excludentes. Trata-se de um processo coletivo e permanente, que exige comprometimento institucional e social.

É importante ressaltar que o presente estudo teve como foco principal a realidade geopolítica brasileira, analisando especificamente uma instituição de ensino superior. No entanto, a metodologia adotada pode ser aplicada a outros contextos, especialmente em instituições brasileiras e até mesmo em países com características semelhantes, como os da América do Sul.

AGRADECIMENTOS

IFSul (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense) pelo apoio financeiro para publicação do presente artigo.

REFERÊNCIAS

- ALFALLAJ, F. S. S.; AL-Ma'amari, A. A. H.; ALDHALI, F. I. A. Education of university students: cultural perceptions on technology of English learning. **International Journal of Electrical Engineering Education**, London, v. 60, n. 1, p. 3610-3624, 2023. DOI: <http://doi.org/10.1177/0020720920984323>.
- ANGHEL, O. I. Problems generated by poor support of young talented people. **Review of Artistic Education**, Iași, v. 18, n. 1, p. 287-292, 2019. DOI: <http://doi.org/10.2478/rae-2019-0032>.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – ABNT. **ABNT NBR 9050**: acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro: ABNT, 2021. p. 147.
- BAKOGIANNIS, A. Exploring inclusive teaching practices of English for Academic Purposes (EAP) in Higher Education (HE): a call for systemic change. **Journal of Learning Development in Higher Education**, London, v. 31, n. 31, 2024. DOI: <http://doi.org/10.47408/jldhe.vi31.1282>.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 5 out. 1988.
- BRASIL. Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 13563, 16 jul. 1990.
- BRASIL. Portaria nº 1793, dezembro de 1994. Dispõe sobre a necessidade de complementar os currículos de formação de docentes e outros profissionais que interagem com portadores de necessidades especiais e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 1994a.
- BRASIL. Secretaria de Educação Especial – SEESP. **Política Nacional de Educação Especial: Educação Especial um direito assegurado**. Brasília: MEC, 1994b. (Livro 1).
- BRASIL. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, p. 27833, col. 1, 23 dez. 1996a. PL 1258/1988.
- BRASIL. **Aviso Circular nº 277/96**. Dirigido aos Reitores das IES solicitando a execução adequada de uma política educacional dirigida aos portadores de necessidades especiais. Brasília, DF, 1996b.
- BRASIL. Decreto nº 3298, de 20 de dezembro de 1999. Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 21 dez. 1999.
- BRASIL. Resolução CNE/CP nº 1/02, de 18 de fevereiro de 2002. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2002.
- BRASIL. Portaria nº 3284, 7 de novembro de 2003. Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, nov. 2003.
- BRASIL. Decreto nº 5296, de 2 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nº 10.048 e 10.098 com ênfase na Promoção de Acessibilidade. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 3 dez. 2004.
- BRASIL. Ministério da Educação – MEC. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF, 2008.
- BRASIL. Decreto nº 7611, 17 de novembro de 2011 - Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2011.
- BRASIL. Lei nº 13146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, p. 2, col. 2, 7 jul. 2015a. SCD 4/2015.
- BRASIL. Lei nº 13234, de 29 de dezembro de 2015. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a identificação, o cadastramento e o atendimento, na educação básica e na educação superior, de alunos com altas habilidades ou superdotação. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 30 dez. 2015b.

BRASIL. Lei nº 13409, de 28 de dezembro de 2016. Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 3, 29 dez. 2016.

BRASIL. Decreto nº 9034, 20 de abril de 2017. Altera o Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012, que regulamenta a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. **Censo da Educação Superior 2023**: divulgação dos resultados. Brasília, DF, 3 out. 2024.

BRIDI FILHO, C. A.; OLIVEIRA, J. J. M.; RODRIGUES, T. P. Altas habilidades e deficiência intelectual: práticas e pensamentos em uma instituição privada de educação superior. In: PAVÃO, A. C. O.; PAVÃO, S. M. O. (ed.). **Estratégias pedagógicas e inclusivas na Educação Superior**. Santa Maria: FACOS, UFSM, 2018.

BUNDOTICH, S. Perception of the gifted students on the influence of mentorship and counselling services on academic performance. A case of Uasin Gishu County, Kenya. **International Journal of Research and Innovation in Social Science**, Gurgaon, v. 8, n. 7, p. 2454-6186, 2024. DOI: <http://doi.org/10.47772/IJRIS.2024.807085>.

CABRAL, L. S. A.; MELO, F. R. L. V. Entre a normatização e a legitimação do acesso, participação e formação do público-alvo da educação especial em instituições de ensino superior brasileiras. **Educar em Revista**, Belo Horizonte, n. 3, p. 55-70, 2017. DOI: <http://doi.org/10.1590/0104-4060.41046>.

CAMACHO, A.; MESSINA, J.; BARRERA, J. U. **The expansion of higher education in Colombia**: bad students or bad programs? New York: SSRN, 2017. n. 13. DOI: <http://doi.org/10.2139/ssrn.2921965>

CAMACHO-ZUÑIGA, C.; JULIO-RAMOS, G.; ZAVALA, G. Higher education for students with disabilities: an overview through the lens of text min. In: 2023 FUTURE OF EDUCATIONAL INNOVATION-WORKSHOP SERIES DATA IN ACTION, 2023, Monterrey, Mexico. **Proceedings [...]**. New York: IEEE, 2023. p. 1-6. DOI: <http://doi.org/10.1109/IEEECONF56852.2023.10104685>.

CAMPOS, C. J. G. Método de análise de conteúdo: ferramenta para a análise de dados qualitativos no campo da saúde. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v. 57, n. 5, p. 611-614, 2004.

CANTORANI, J. R. H. et al. Acessibilidade e a inclusão em uma Instituição Federal de Ensino Superior a partir da lei nº 13409. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 25, e250016, 2020. DOI: <http://doi.org/10.1590/S1413-24782020250016>.

CAZCO, S. A. et al. Attention to special educational needs in highly gifted university students: impact on training and inclusivity. **Migration Letters: an International Journal of Migration Studies**, London, v. 21, n. S7, p. 1415-1426, 2024. DOI: <http://doi.org/10.59670/ml.v21iS8.9005>.

DAMYANOV, K. Effective pedagogical strategies and support mechanisms for enhancing the learning outcomes of students with special educational needs: a systematic approach. **International Journal of Scientific Research and Management**, Gurgaon, v. 12, n. 10, p. 3700-3718, 2024. DOI: <http://doi.org/10.18535/ijsmr/v12i10.e103>.

DAYSO, A. L. et al. Challenges and practices of education teachers on inclusive education. **Cognizance Journal of Multidisciplinary Studies**, Stockholm, v. 5, n. 1, p. 147-156, 2025. DOI: <http://doi.org/10.47760/cognizance.2025.v05i01.012>.

FERRARI, M. A. L. D.; SEKKEI, M. C. Educação Inclusiva no Ensino Superior: um novo desafio. **Revista Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 27, n. 4, p. 636-647, 2007.

FERREIRA, S. L. Ingresso, permanência e competência: uma realidade possível para universitários com necessidades educacionais especiais. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Bauru, v. 13, n. 1, p. 43-60, 2007. DOI: <http://doi.org/10.1590/S1413-65382007000100004>.

FERREIRA, J. G. **Acessibilidade de publicações científicas digitais**: boas práticas para pessoas autoras e gestoras. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Comunicação Social) –Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2022.

FILIPPOU, K.; ACQUAH, E. O.; BENGS, A. Inclusive policies and practices in higher education: a systematic literature review. **Review of Education**, London, v. 13, n. 1, e70034, 2025. DOI: <http://doi.org/10.1002/rev3.70034>.

GARCÍA, O. E. H.; GONZÁLEZ, L. E. P. Expectativas de los estudiantes hacia la educación superior: influencia de variables familiares, personales y escolares. **Sociologica**, Bolonha, v. 34, n. 98, p. 221-251, 2019.

GALICIA, A. R. Differentiation for today's gifted learners. In: NEAL, T. (ed.). **Strategies and considerations for educating the academically gifted**. Pennsylvania: IGI Global Scientific Publishing, 2023. p. 50-73. (Advances in Educational Technologies and Instructional Design Book Series). DOI: <http://doi.org/10.4018/978-1-6684-6677-3.ch004>

GONZALES, M. Supporting students with giftedness. In: GONZALES, M. (ed.). **Systems thinking for supporting students with special needs and disabilities**. Singapore: Springer, 2020. DOI: http://doi.org/10.1007/978-981-33-4558-4_16.

HAYASHI, M. C. P. I. et al. Competências informacionais para utilização da análise bibliométrica em educação e educação especial. **Educação Temática Digital**, Campinas, v. 7, n. 1, p. 11-27, 2005.

KAUFFMAN, J. M. et al. Trends and issues involving disabilities in higher education. **Trends Higher Educational**, Basel, v. 2, n. 1, p. 1-15, 2023. DOI: <http://doi.org/10.3390/higheredu2010001>.

KRISTINA, M.; HENDROWATI, T. Y.; RATNANINGSIH, D. The application of educational management principles in the management of inclusive school curricula. **Journal of Education**, Boston, v. 7, n. 2, p. 10319-10326, 2025.

LI, Y. F. et al. Academic learning experiences and challenges of students with disabilities in higher education. **Journal of Postsecondary Student Success**, Florida, v. 3, n. 4, p. 79-102, 2024. DOI: http://doi.org/10.33009/fsop_jpss134617.

LOPES, G. C. D. Student support management: strategies and impacts on the academic experience. **South Florida Journal of Development**, Deerfield Beach, v. 5, n. 11, e4697, 2024. DOI: <http://doi.org/10.46932/sfjdv5n11-044>.

LOCKMUN-BISSESSUR, V. N.; SAMY, M.; PEEROO, S. Inclusive education in higher education institutions: a comprehensive review of key components and framework for implementation. **Journal of Business and Social Sciences**, Nepal, v. 15, n. 1, p. 1-9, 2024. DOI: <http://doi.org/10.61453/jobss.v2024no15>.

MENDES, H. S. F.; BASTOS, C. C. B. C. Um estudo sobre a realidade da inclusão de pessoas com deficiência na educação superior no Paraná. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 29, n. 54, p. 189-202, 2016. DOI: <http://doi.org/10.5902/1984686X17215>.

MITRE, X.; ZENELI, M. Using AI to improve accessibility and inclusivity in higher education for students with disabilities. In: INTERNATIONAL CONFERENCE ON INFORMATION TECHNOLOGY BASED HIGHER EDUCATION AND TRAINING (ITHET), 21., 2024, Paris, France. **Proceedings [...]**. New York: IEEE, 2024. p. 1-8. DOI: <http://doi.org/10.1109/ITHET61869.2024.10837607>.

MORAES, R. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

MUKHWANA, E. J.; KANDE, A.; TOO, J. Transforming university education in Africa: Lessons from Kenya. **African Journal of Rural Development**, Uganda, v. 2, n. 3, p. 341-352, 2017.

NAWIRE, A. W. et al. Student and staff views on inclusion and inclusive education in a global south and a global north higher education institution. **Education Sciences**, Basel, v. 15, n. 1, p. 49, 2025. DOI: <http://doi.org/10.3390/educsci15010049>.

NGA ANNA NG, H. et al. Teachers' attitudes and intention regarding inclusive practice in hong kong higher education. **Asian Journal of Research in Education and Social Sciences**, Selangor, v. 5, n. 4, p. 399-412, 2023.

ODEH, M. M. O atendimento educacional para crianças com deficiências no hemisfério sul e a integração não planejada: implicações para as propostas de integração escolar. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Bauru, v. 1, n. 6, p. 27-42, 2000. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/rbee/V06n01/V06n01a03.pdf>. Acesso em: 11 dez. 2023.

UNITED NATIONS. **Transforming our world: the 2030 agenda for sustainable development**. New York: United Nations, 2015. Disponível em: <https://sdgs.un.org/2030agenda>. Acesso em: 11 dez. 2023.

PACHECO, R. V.; COSTAS, F. A. T. P. Processo de inclusão de acadêmicos com necessidades educacionais especiais na Universidade Federal de Santa Maria. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, n. 27, p. 151-170, 2006. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/4360>. Acesso em: 11 dez. 2023.

PARENTI, V. C.; D'AGOSTINI, C. L. A. F. Inclusión en la educación superior: el papel de los núcleos de accesibilidad e inclusión en Brasil. **Revista AFT**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 140, p. 42-43, 2024. DOI: <http://doi.org/10.69849/revistraft/n10202411080742>.

PINTO, A. C. C. **A educação especial no ensino superior**: uma análise do contexto político da educação especial no curso de Pedagogia da Universidade Federal do Amazonas. 2018. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2018.

QUINTANA, R. C. et al. La interculturalidad en los estudiantes universitarios ecuatorianos. **Didascalia: Didáctica y Educación**, Cuba, v. 8, n. 2, p. 255-264, 2017.

ROCHA, T. B.; MIRANDA, T. G. Acesso e permanência do aluno com deficiência na instituição de ensino superior. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 22, n. 34, p. 197-212, 2009.

RODRÍGUEZ-HERNANDEZ, F. C.; CASCALLAR, E.; KYNDT, E. Socio-economic status and academic performance in higher education: a systematic review. **Educational Research Review**, London, v. 29, p. 100305, 2020. DOI: <http://doi.org/10.1016/j.edurev.2019.100305>.

SILVA, S. S.; CARNEIRO, R. U. C. Inclusão escolar de Alunos Públco-Alvo da Educação Especial: Como se dá o Trabalho Pedagógico do Professor no Ensino Fundamental? **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, São Paulo, v. 11, n. esp. 2, p. 935-955, 2016. DOI: <http://doi.org/10.21723/riae.v11.esp2.p935-955>.

SILVA, A. H.; FOSSÁ, M. I. T. Análise de conteúdo: exemplo de aplicação da técnica para análise de dados qualitativos. **Qualitas**, Campina Grande, v. 17, n. 1, p. 1-14, 2015.

SOMANI, P. Progressing education & difference: gifted education, special education, learning difficulties & disability into a new normal world. In: THE EUROPEAN CONFERENCE ON EDUCATION (ECE), 2022, London. **Proceedings [...]**. London: University College London, 2022. p. 33-45. DOI: <http://doi.org/10.22492/issn.2188-1162.2022.4>.

VANTASSEL-BASKA, J. The collaborative role of universities and secondary schools in the development of adolescent gifted learners. **Gifted Child Today**, New York, v. 46, n. 4, p. 285-289, 2023. DOI: <http://doi.org/10.1177/10762175231186450>.

Contribuições dos autores

APCQ: Conceitualização, Metodologia, Coleta de dados, Análise dos dados, Escrita do texto. RQR: Escrita, Análise dos dados, Revisão. JAOF: Orientação, Administração do projeto, Revisão.

Editor: Prof. Dr. José Luís Bizelli

Editor Adjunto Executivo: Profa. Dra. Flavia Maria Uehara